

RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.381 - SP (2019/0345303-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : SAMIRA REBECA FERRARI - SP279477
LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA E OUTRO(S) - SP398091
RECORRIDO : BENEDITO LOPES NETO
RECORRIDO : EDSON DONIZETI DE ALMEIDA
RECORRIDO : ROSANGELA DE FATIMA MARTINS GARCIA
RECORRIDO : MARIA NADIR FRANCISCO
RECORRIDO : APARECIDA MILITÃO LEITE
RECORRIDO : AUREA DE OLIVEIRA BENTO
RECORRIDO : ZILDA BENATTO MARTIM
RECORRIDO : PIEDADE DE ANDRADE BENTO
RECORRIDO : ISABEL CRISTINA MARTINS PASCUCCI
RECORRIDO : CARLOS ALBERTO CORULLI
RECORRIDO : ADAIR ALVES DE OLIVEIRA
RECORRIDO : JOSE ROBERTO DIAS
RECORRIDO : CECILIA FATIMA DA SILVA
RECORRIDO : CARLOS ANTONIO CELESTINO
RECORRIDO : APARECIDA ANGELINA CAMELO VIEIRA
RECORRIDO : LUCILIO DA ROCHA
RECORRIDO : ROSELY ALVES ROSA CECILIO
RECORRIDO : ONDINA BATISTA SARZI
RECORRIDO : MARIA JOSE DE CARVALHO
RECORRIDO : SILVIA REGINA DARE
ADVOGADOS : PEDRO EGÍDIO MARAFIOTTI - SP110669
RICARDO BIANCHINI MELLO E OUTRO(S) - SP240212

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, contra acórdão proferido pela Corte Estadual, que, em sede de ação de responsabilidade securitária habitacional, discute questão concernente à competência da Justiça Federal e à legitimidade passiva da Caixa Econômica Federal.

É o relatório.

Decido.

1. Como é sabido, o Supremo Tribunal Federal, concluiu pela existência da repercussão geral da matéria constitucional versada no **Recurso Extraordinário 827.996/PR**, no que diz respeito se há interesse jurídico da Caixa Econômica Federal (CEF) para ingressar como parte nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

O reconhecimento de repercussão geral, à tese apresentada no mencionado recurso, orienta o sobrestamento destes feitos, bem como instila a incidência do preceituado nos arts. 1.036 e 1.037, II, do CPC/2015, face ao possível juízo de retratação pela instância

Superior Tribunal de Justiça

de origem.

2. Ante o exposto, determino a devolução dos autos à origem, devendo ser realizada a devida baixa nesta Corte Superior, até o julgamento definitivo do **Recurso Extraordinário n.º 827.996/PR** e eventual retratação prevista na sistemática dos arts. 1.040, II e 1.041, ambos do Código de Processo Civil de 2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI
Relator